

DESAFIOS DO NOVO ENSINO MÉDIO: PERCEPÇÃO DE DOCENTES DE UM PROJETO-PILOTO EM UMA ESCOLA DE SANTA CATARINA

Pedro Paulo Baruffi ¹

RESUMO

Conhecer as principais mudanças que acontecem a partir do Novo Ensino Médio é um assunto mais do que pertinente, até porque é possível entender como alguns estados vem se comportando diante esse novo cenário. A presente pesquisa tem o papel de demonstrar como isso já está acontecendo, porém seu principal objetivo entender a percepção dos professores do Novo Ensino Médio diante o novo projeto-piloto numa escola de Caçador no estado de Santa Catarina. A pesquisa de caráter qualitativo, bibliográfica utilizou de entrevista semiestruturada numa escola projeto-piloto em Caçador com seis professores de diferentes áreas do conhecimento, os questionamentos se deram sobre os desafios dos professores, quais são suas mudanças em suas práticas em relação ao Novo Ensino Médio, como avalia o planejamento para essas mudanças, o que ainda precisa melhorar e os próprios objetivos dos docentes que estão ali inseridos. Os resultados obtidos são de uma ausência de organização e de informação de como que tudo funcionaria, observou uma mudança em relação as suas práticas principalmente por conta de todas as novidades, quanto ao planejamento eles observam que tem sido um bom momento principalmente para entender o sujeito aluno-cidadão, que ainda existem muitos percalços e há uma necessidade de uma reestruturação, quanto aos objetivos os docentes apresentam a necessidade de continuar criando um espaço de motivação e de empenho para despertar o interesse dos estudantes para o conhecimento. Conclui-se que os professores estão empenhados, mas ainda há muito o que se fazer diante um cenário ainda tão incerto.

Palavras-chave: Percepção Docente, Novo Ensino Médio, Reforma do Ensino Médio

INTRODUÇÃO

O Ensino Médio tem se reformulado constantemente no contexto brasileiro, adaptando-se às políticas públicas vigentes em cada período histórico. São alterações previstas na carga horária, na ênfase formativa e outras condições que afetam a etapa formativa no país. As principais mudanças iniciaram no século XIX, com a Reforma Francisco Campos, ocorrida em 1931. A partir de então, várias foram as interferências que levaram a modificações no Ensino Médio, entre elas, a Reforma Capanema, de 1942,

¹ Mestre em Desenvolvimento e Sociedade, Docente da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe. Caçador-SC, pedro.baruffi@uniarp.edu.br.

o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek de Oliveira, implantado em 1958, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 4.024/1961, LDBEN 5.692/1971 e LDBEN 9.394/1996, bem como as Constituições da República Federativa do Brasil de 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988. E desde 1988 muitas mudanças vem acontecendo e a reforma do Ensino Médio que acontece em 2017.

As mudanças são evidentes e a educação é um dos pontos que mais tem estado no centro das discussões. Com a nova lei do Ensino Médio que acontece em 2017, as mudanças na educação são mais evidentes, flexibilização de currículo, itinerários formativos, alteração de carga horária, todas essas novidades se relacionam diretamente com a ação docente, pode-se entender que o mundo mudou e com elas também as demandas da atualidade, assim também se faz necessário novas formas de pensar e agir (HARRES et al., 2018). Partindo de todas essas mudanças a presente pesquisa tem como objetivo entender a percepção dos professores do Novo Ensino Médio diante o novo projeto-piloto numa escola de Caçador no estado de Santa Catarina. A pesquisa tem como problemática qual é a percepção dos professores do Novo Ensino Médio diante o projeto-piloto?

Estudar o Novo Ensino é algo bem evidente e necessário, o Brasil todo que discute educação possui um enorme desafio e cabe na maioria das vezes aos estados fazerem grandes redirecionamentos para o novo formato da última etapa da educação básica.

Dessa forma precisa observar que o Novo Ensino Médio nasce com muitas dificuldades, contradições e críticas. Muitos críticos apontam pelo fato de que as mudanças terem sido aprovadas em caráter de emergência abre um grande questionamento da real necessidade e dos reais interesses que embasam tamanha mudança, ainda é preciso observar que diversos manifestos também foram realizados por milhares de estudantes ao ocuparem as escolas em 2016 (SILVA; BOUTIN, 2018). O Novo Ensino Médio a partir de 2017 chega às escolas com prazos limites para as adequações, além disso a Base Nacional Comum Curricular também é homologada com o objetivo de reavaliação dos currículos. Diante um cenário de tantas mudanças se faz necessário a investigação de como tudo isso começa acontecer na prática, esta pesquisa tem papel relevante para conhecer e adentrar nas discussões sobre a percepção dos profissionais e como isso começa acontecer dentro do estado de Santa Catarina.

Essa investigação aponta as necessidades de mudanças, porém os estados vem se organizando para apresentar projetos que coadunem com o que a Lei 13.415/2017. A partir daí os projetos chegam até as escolas de Santa Catarina em 2020 com uma

infinidades de questões a serem discutidas e com uma série de dificuldades enfrentadas pelos docentes das escolas envolvidas nos projetos-pilotos.

METODOLOGIA

Esta investigação, de cunho qualitativo, pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, e sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização (GOLDENBERG, 1999). A pesquisa em sua primeira etapa foi elaborada de forma bibliográfica. Segundo Marconi e Lakatos (2007), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita.

Os sujeitos da pesquisa, seis professores do Novo Ensino Médio de uma escola em Caçador no estado de Santa Catarina, essa cidade foi contemplada com duas escolas como escola-piloto. Os professores foram selecionados tendo em vista a área de atuação, a escola em questão possui seis turmas do Novo Ensino Médio totalizando 28 professores inserido no projeto.

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas com questões semiestruturadas, Triviños (1987, p. 146) explica a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Para análise dos dados, foi adotada o método de análise de conteúdo que é um conjunto de técnicas para análise de comunicações daquilo que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador (BARDIN,1994). A análise de conteúdo se destaca nas pesquisas qualitativas levando em consideração a diferenciação dos dados provenientes das pesquisas quantitativas e até mesmo pela ampla utilização e difusão no mundo acadêmico (SILVA; FOSSÁ, 2015). Bauer e Gaskell (2002) reforçam do caráter social que há nessa técnica uma vez que ela produz inferências do texto para o contexto de forma objetiva.

Quadro 01- Perfil dos Sujeitos

Sujeito	Gênero	Tempo de experiência docente (anos)	Nível de formação	Área de formação
Professor A	Feminino	20	Especialista	Linguagens
Professor B	Feminino	12	Mestrado	Ciências da natureza
Professor C	Feminino	20	Especialista	Ciências Humanas
Professor D	Masculino	4	Especialista	Ciências Humanas
Professor E	Feminino	20	Especialista	Linguagens
Professor F	Feminino	5	Especialista	Ciências da natureza

RESULTADOS E DISCUSSÃO

“Do ponto de vista legal, o Ensino Médio não é nem porta para a Educação Superior e nem chave para o mercado de trabalho, embora seja requisito tanto para a graduação superior quanto para a profissionalização técnica.” (CURY, 2007, p. 1712). Essa indefinição que persiste no Ensino Médio é muito preocupante pela questão do aumento das diferenças entre o público e o privado; as duas vias são importantes, mas o problema consiste em que a falta de investimentos no público preserva a perspectiva do passado em que a elite se beneficiava do ensino, acentuando a classificação da escola para ricos e da escola para pobres. Frigotto e Motta (2017) salientam que aquilo que no passado era marcado pela necessidade de competitividade pelo período modernizador da época na atualidade é justificado recentemente pelo aumento da competitividade no mercado internacional e para gerar condições de empregabilidade.

É nesse contexto que, entre as etapas formativas, o Ensino Médio tem se caracterizado como a mais crítica, pois os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) estão estagnados desde 2011 em 3,7 enquanto o ensino fundamental anos finais que era de 4,3 em 2013 alcançou 4,5 em 2015. Já o Ensino Fundamental anos iniciais no ano de 2015 alcançou a meta tendo em vista que em 2005 era de 3,8 passou em 2015 para 5,5 (BRASIL, 2017). Esses dados reforçam a necessidade de uma reforma afim de contornar os índices negativos, tido aqui como uma crise, que o Ensino Médio enfrenta.

Em reconhecimento dos que se tem dos resultados, a própria Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013, p.168) apresenta que dentre

os problemas e dificuldades que a educação brasileira apresenta o que se destaca é a necessidade de organizar formas de enfrentar a diferença de qualidade reinante nos diversos sistemas educacionais, garantindo uma escola de qualidade para todos.

Por conta dessas dificuldades no Ensino Médio, o ano de 2017 foi marcado pela tentativa de uma nova reforma. Sob muitos protestos e polêmicas, a Medida Provisória nº 746/2016, cujos principais pontos a serem modificados consiste na flexibilização do currículo, ampliação de carga horária, contratação de professores com notório saber e uso de recursos federais para parcerias com as redes privadas essa medida foi encaminhada ao congresso Nacional pelo MEC no dia 22 de setembro de 2016. Após a aprovação no Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, a medida foi sancionada como Lei nº 13.415/2017, passando a compor, desse modo, a LDBEN (Lei nº 9.394/1996) (FERREIRA; DA SILVA, 2017).

Em 2017, na Reforma no Ensino Médio as mudanças tangem diretamente para a formação profissional, justificando que “o novo ensino médio permitirá que o jovem opte por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do ensino médio regular, desde que ele continue cursando Português e Matemática até o final.” (BRASIL, 2017). Em contrapartida, “as portas para o retrocesso ficaram abertas no contexto de uma globalização cada vez mais neoliberal. A experiência histórica aponta que essa contrarreforma não alcançará uma melhoria da qualidade do Ensino Médio” (FERREIRA, 2017, p. 306). E, apesar de defender uma maior flexibilização do currículo, justificada pelo MEC pela aproximação da escola com a “[...] realidade dos estudantes à luz das novas demandas profissionais do mercado de trabalho” (BRASIL, 2017). O processo tem um ponto prejudicial, pois quando se limita ao educando estar conectando a uma quantidade de disciplinas específicas isso impede de dialogar sobre as muitas áreas do conhecimento. Em decorrência, “tem-se, como resultado, a superficialização do processo educativo, reduzindo-se o conhecimento a narrativas sobre as atividades cotidianas [...]” (KUENZER, 2017, p. 344). Ao longo da história, as reformas evidenciam interesses particulares, minimizando os efeitos de formação para o exercício da cidadania. Em contrapartida, têm priorizado as formações de ordem rápida e eficaz para os mercados e suas competitividades, como destacam Frigotto e Motta (2017, p. 361):

Enfim, a realidade concreta demonstra que a difusão da necessidade de investir em capital humano como motor de desenvolvimento econômico e social é uma ideologia, parcial e artificiosa. Os cortes no orçamento da educação e os repasses de recursos públicos para setores

privados ofertarem cursos aligeirados e de baixo valor tecnológico agregado vão de encontro à ideologia do capital humano. Permanece, então, a questão de compreender as razões da urgência de reformar o Ensino Médio com a justificativa da modernização da estrutura curricular — flexibilização por áreas de conhecimento.

Ainda é necessário destacar o retrocesso da última reforma, pois a mesma é excludente da participação popular, recusando também os anos anteriores de diálogos que vinham acontecendo pelas instituições, acadêmicos, jovens, gestores e outros profissionais. É importante lembrar que:

A experiência histórica nos dá a devida certeza de que essa contrarreforma não alcançará uma melhoria da qualidade da última etapa da educação básica. Muito pelo contrário, ela tende a aumentar a desigualdade escolar e a piorar o desempenho dos alunos (FERREIRA; DA SILVA, 2017, p. 290).

Apesar de todas as mudanças, o Ensino Médio brasileiro segue apresentando problemas que repercutem na etapa formativa.

Na esteira do que acontece em nível nacional é importante observar que o trajeto histórico do Ensino Médio é marcado por profundas desigualdades, é de conhecimento de todos que há um tempo atrás ouvir falar que possuía o Ensino Médio era um privilégio, as coisas vem mudando, mas existe um grander percalço ainda, com toda certeza há uma necessidade “de um projeto que descontinue a segregação e o massacre da grande maioria que vem sendo, historicamente, tolhida do direito de uma educação de qualidade” (CORREA; GARCIA, 2018, p. 620). O Brasil precisa de um projeto que mais do que nunca articule a educação para ser a ferramenta capaz de diminuir as desigualdades histórica e avassaladoras que até aqui assombraram o futuro de milhares de jovens.

A discussão em torno do Novo Ensino Médio vem ganhando destaque cada vez maior entre a comunidade educacional isso acontece pela aproximação das datas limites da implementação do novo formato para se adequar a Lei 13.415/2017 que dispõe de várias modificações na última etapa da educação básica brasileira. A lei citada anteriormente discorre de uma forma geral de uma série de mudanças da qual todo o país já começa a enfrentar desde 2017, são muitos os projetos dos quais a maioria dos estados brasileiros vem discutindo nesses últimos anos.

A nova lei que trata da Reforma do Ensino Médio é recebida com muitas críticas por grande parte da sociedade acadêmica principalmente como ela acontece em sua tramitação no congresso, vale ressaltar que ela nasce com um amedida provisória e rapidamente vai ganhando muito destaque e espaço dentro da política nacional. Ao se

falar da Reforma do Ensino Médio tão polêmica isso se dá por conta de sua aprovação em um momento tão instável do cenário nacional principalmente de ordem política. Outra questão que a crítica cabe muito bem se dá pela forma com que as coisas aconteceram, uma delas é a ausência do debate para ampliação da discussão e dos caminhos a serem tomados (SILVA; BOUTIN, 2018).

Ainda que as críticas sejam muitos evidentes e muito encorpadas em relação a Reforma do Ensino Médio não há como negar que existe uma lei e ela está caminhando dentro de muitos estados, é de conhecimento que todos ainda falando sobre as críticas recebidas lá entre 2016 e 2017, estados como Ceará, Rio Grande do Sul, Minas Gerais entre outros protagonizaram de forma bem aberta uma contrariedade em relação as formas específicas na época da medida provisória que mais tarde se transforma em lei e também as execuções do governo, nesse espaço também vai aparecer os apoiadores dessa reformulação que a educação básica em sua última etapa estava a sofrer. Estados como de São Paulo e Santa Catarina saíram em defesa de todo o movimento que aconteceu em torno das alterações e novidades do Ensino Médio (CORREA; GARCIA, 2018).

A importância de destacar os estados defensores da MP nº 746 se dá pelo fato desse ser um dos solos onde esta pesquisa acontece e em Santa Catarina o Novo Ensino Médio chega em 2020 com uma ocupação por todo o território estadual isso será muito pelo histórico de apoio do qual esse estado da federação dá a essas novas medidas da Lei 13.415. é importante observar que a fala do secretário da educação em exercícios em 2020 se dá pelo fato de reforçar a política de Estado cujo principal objetivo é o acesso e a permanência do jovem catarinense no Novo Ensino Médio (SANTA CATARINA, 2019). O Novo Ensino Médio de Santa Catarina implantado a partir de 2020 tem um projeto que trata de questões principalmente voltado aos itinerários formativos, mudança de carga horária e formação continuada dos professores, o presente artigo trata principalmente do último item citado.

O Novo Ensino Médio em Santa Catarina articula-se com os itinerários formativos dos quais foram estabelecidos o Projeto de Vida, Trilhas de Aprofundamento, envolvendo as áreas de conhecimento e/ou formação técnica e profissional e Componentes Curriculares Eletivos. O projeto de vida tem como foco a elaboração por parte do estudante, auxiliar na escolha dos Itinerários Formativos e o prosseguimento do percurso após o Ensino Médio. Os componentes eletivos dos quais o estado de Santa Catarina possibilita aos jovens do Novo Ensino Médio é uma segunda língua estrangeira, estudos

dirigidos, componentes curriculares de aprofundamento, cultura e esporte e educação tecnológica (Santa Catarina, 2019).

Em relação à carga horária o Novo Ensino Médio de Santa Catarina possibilitou as escolas escolherem três tipos de matrizes diferentes levando em consideração as necessidades e as demandas da comunidade escolar. A organização da matriz curricular do Novo Ensino Médio pode ser observado no quadro 02.

Quadro 02: Estrutura Curricular do Novo Ensino Médio em Santa Catarina

Matriz	1º ano	2º ano	3º ano	Carga horária total
A	800 horas de BNCC + 200 horas parte flexível	600 horas de BNCC + 400 horas parte flexível	400 horas de BNCC + 600 horas parte flexível	31 horas-aulas
B	800 horas de BNCC + 320 horas parte flexível	600 horas de BNCC + 520 horas parte flexível	400 horas de BNCC + 720 horas parte flexível	35 horas-aulas
C	800 horas de BNCC + 800 horas parte flexível	600 horas de BNCC + 1000 horas parte flexível	400 horas de BNCC + 1200 horas parte flexível	50 horas-aulas

Fonte: (Santa Catarina, 2020)

Itinerários formativos, estrutura curricular, aumento de carga horária, todas essas mudanças geram um grande impacto para toda a comunidade escolar, nesse sentido dentre as muitas necessidades das quais a escola precisa se adaptar, nessa seara de mudanças em 2018 aconteceu a homologação da Base Nacional Comum Curricular e a maioria dos estados continua a debater dentro das redes como isso vai chegar até professores, estudantes e comunidade escolar.

Outra novidade que o Novo Ensino Médio apresenta para rede estadual de Santa Catarina é atuação por áreas do conhecimento, nesse sentido ela vai contemplar um ensino mais transdisciplinar, articulado e interado sendo assim “A formação docente e o planejamento integrado constituem-se em pontos importantes e necessários na realização de um trabalho por área de conhecimento” (SANTA CATARINA, 2019, p. 30). Partindo desse pressuposto de uma forma inovadora de discutir o currículo se faz necessário uma forma de planejar, toda via os docente que integram o Novo Ensino Médio possuem uma carga horária específica somente para planejamentos, os planejamentos acontecem de

forma integrada por área do conhecimento, além disso eles tem como propósito avaliar e replanejar semanalmente as atividades.

Para adentrar nas reflexões sobre o formação docente, planejamento, reinvenção é interessante a observação sobre as palavras de Paulo Freire “O professor que não leva a sério sua formação, que não estude que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe” (FREIRE, 2019, p. 89-90). Olhar para o referido autor é sempre um ponto bastante comum, mas necessário, a leitura nos oportuniza pensar que a constante reinvenção do professor é algo que se liga ao aprimoramento, à evolução, os docentes que tiveram o privilégio de perpassar diferentes gerações mais do que nunca sabem dessa necessidade.

O ano passado em uma reportagem de um jornal Indiano reforçou a necessidade que a educação tem em repensar suas práticas em relação aos novos desafios, porém destaca que os esforços devem percorrer o caminho de consertar o que já existe em vez de acreditar que se precisa de uma grande mudança (DASGUPTA, 2019). Isso reflete diretamente com as mudanças atuais no Ensino Médio, muitas vezes pensando que a educação atual de nada serviu e sabemos que isso é uma grande falácia, pois muito se alcançou, mas os novos dilemas aparecem diariamente. Na dedicação de entender as transformações e os aspectos que alteram todo esse cenário com as novidades é plausível reforçar que são os próprios professores com suas experiência que possuem o grande poder de colocar essa mudanças em funcionamento.

Estudos desde o final do século XX já vem apresentando a imensa necessidade de uma educação transformadora e que para isso aconteça passa por educador e educando, nesse sentido:

[...] Deverão ocorrer ações como a reflexão crítica, a curiosidade científica, a criatividade e a investigação, dentro da realidade dos educandos, tendo o professor a responsabilidade de articular metodologias de ensino caracterizadas por variedade de atividades estimuladoras da criatividade dos alunos (FREIRE apud FARIA; CASAGRANDE, 2004, p. 821).

Paulo Freire (2001) ao se posicionar sobre a tarefa de dialogar sobre a formação permanente dos professores realça a necessidade de uma formação prática político pedagógica, ele entender que é dessa forma que se cria uma nova identidade para a escola que se quer construir. Ainda na visão Freireana podemos observar que por mais discussões que possam existir é sempre na formação permanente que encontramos as formas de encarar os desafios e atender as demandas recém chegadas.

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas saber que vivia, mas saber que sabia e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí (FREIRE, 2018 p. 22-23).

Encarar os desafios levando em consideração a necessidade cada vez mais prioritária de tratar tudo isso com um compromisso ético-reflexivo proporciona um rompimento com a neutralidade por parte dos educadores, ainda que muitas vezes os educadores não concordem com os sistemas que são colocados de forma vertical, mas o protagonismo dos professores reforça as próprias palavras de Freire (2019, p 52) “sei que as coisas podem até piorar, mas sei também que é possível intervir para melhorá-las”. A necessidade de jamais esquecer o papel do professor na intervenção do mundo é a necessidade de uma reflexão diária.

O Novo Ensino Médio em Santa Catarina chega em 2020 à 120 escolas-piloto, tendo como base a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, o estado recorre a reforma da carga horária ao longo dos três períodos, flexibilização do currículo, itinerários formativos e projeto de vida.

Ao ouvir os professores do Novo Ensino Médio é possível observar o tamanho dos desafios e a necessidade de olhar atento para todas as novidades existentes, ao perguntar aos professores sobre quais são as principais dificuldades encontradas no novo formato, tendo em vista a abrangência da pergunta os professores pesquisados em sua maioria responderam que a falta de esclarecimento, entendimento sobre o funcionamento em si, é um dos principais desafios, como aponta o professor “E”:

“a primeira dificuldade que eu encontrei em relação as dúvidas de como serão as aulas, quais são as metodologias que nós podemos usar, como que vai ocorrer o processo do novo ensino médio em relação ao processo avaliativo? Essas são as dúvidas que surgiram em que elas não foram sanadas e a própria coordenação teve dificuldade de abordar estes temas”

Outros professores acompanham o entendimento do professor citado, falam sobre a construção desse novo caminho às cegas e a falta de definição do currículo. Somente uma professora diz não ter tido nenhuma dificuldade, porém destaca que a ausência de preparação do aluno, onde ele não vem do ensino fundamental com a capacidade de

“aprender a aprender” (Professora “A”). Uma das professoras cita a dificuldade com as tecnologias para esse novo trabalho e ainda também nas respostas obtidas aparece a dificuldade da própria escola possibilitar um espaço para a formação de estudantes críticos e conscientes.

Levando em consideração as abordagens acima é possível observar que a ausência de uma definição concreta de como que as coisas acontecem demonstram uma certa necessidade que o estado passa se adequar, mas com um intuito de somente atender a uma nova lei, mais uma vez a educação sente os prejuízos da ausência de um projeto pensado no aluno e escola. Partindo desse entendimento é importante ressaltar Paulo Freire (2019) que entende como uma ofensa aos educandos, educadores e a prática pedagógica quando não toma esses atores como protagonista nas novas discussões sobre o seu próprio futuro.

Ao iniciar a nova jornada do Novo Ensino Médio os professores viram a necessidade de mudanças na sua forma de trabalhar, por isso foi perguntado quais foram as principais mudanças a partir no Novo Ensino Médio em suas práticas? A maioria dos professores pesquisados relatam a mudança no sentido de abordarem uma prática mais formativa, levando em consideração a situação do estudante como um sujeito integral, uma preocupação com a proximidade da teoria com a prática, relatos sobre as metodologias, como cita o professor “E”: “eu acredito que esse seja o ponto positivo não trabalhar mais em caixinhas fechadas, na educação fragmentada, mas trabalhar em um todo. Essa facilidade de poder aproveitar agora novas metodologias em sala de aula é de grande valia”. Outra professora acredita que investe na conscientização da necessidade de adquirir conhecimento.

Os professores ainda com dificuldades na maioria das vezes apresentam uma grande preocupação em se adequar as mudanças e assim vem fazendo e essa prática é fundamental para que a obtenção do produto final seja efetivo, Shaharabani e Tal (2017) apresentam a importância de adaptação e a inovação ao contexto da atuação dos estudantes para que as mudanças sejam pertinentes e se sustentem ao longo do tempo.

A terceira questão levantada para os professores do Novo Ensino Médio foi em relação aos planejamento, tendo em vista que esses profissionais possuem semanalmente um período somente para isso, a fala dos professores apresenta uma positividade, pois avaliam um momento de discussão, interação, como apresenta a professora “F”:

“O planejamento é extremamente valioso, pois oportuniza o diálogo entre os professores, são nestes momentos que elabora-se ações em conjunto priorizando o aluno, para que possamos atingir êxito no

processo de ensino- aprendizagem, traçando metodologias para melhor preparar o estudante para a vida.”

Percebe-se que além de planejar, os professores e coordenação aproveitam como um espaço de formação, a professora “B” salienta que nesses momentos há uma eficácia no entendimento do aluno-cidadão. Outros professores reclamam o fato de ainda ter um planejamento individualizado que vai contra o próprio projeto do Novo Ensino Médio e que nas palavras dela “estão fazendo mais do mesmo” (Professora “C”), a professora “A” apresenta uma grande reflexão sobre o planejamento e sua eficácia:

“Nem todos estão concordes a pós modernidade que, cada vez mais exige atualização continuada, com amplos horizontes para compreender o novo paradigma para a ciência, totalmente sistêmico que faz com que tudo seja visto na sua totalidade, e não mais fragmentado, porque a parte não explica o todo.”

O planejamento segundo as diretrizes estaduais deve estar alinhado a proposta de integração por área principalmente para compartilhar saberes e práticas (SANTA CATARINA, 2019).

No quarto questionamento sobre o que o Novo Ensino Médio precisa para conseguir mais resultados, pode-se observar inúmeras respostas, como por exemplo definição de currículo, investimentos em tecnologia, laboratórios, gestores eficientes, humanizar o ambiente escolar, pautar a educação em desenvolvimento de habilidades e competências. Silva e Boutin (2018) refletem que a educação é o que humaniza e desenvolve as potencialidades humanas, partindo disso podemos observar o quanto o Novo Ensino Médio precisa entender as realidades e precisa atender as novas necessidades.

A última questão respondida pelos professores do Novo Ensino Médio foi sobre os objetivos dentro dessas mudanças que acontecem a partir de 2020, a maioria dos professores apontam como interesse de despertar os estudantes ao conhecimento, desenvolvimento do Ser, reaprender as práticas pedagógicas, reinventar-se e ampliar a capacidade de entender que o maior investimento pessoal é o conhecimento. A fala da última professora, reforça o que os autores ressaltam “é preciso uma formação centrada no desenvolvimento de capacidades que auxiliem na tomada de decisões mais adequadas, qualificando a vida em nível individual e coletivo” (HARRES et al., 2018, p. 4).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ensino Médio, última etapa da educação básica vem sofrendo há anos com suas indefinições e o novo projeto vem chegando as escolas infelizmente com uma certa dificuldade, todos sabem que não poderia ser diferente levando em conta todo o percurso

da educação nesse país, um fator preocupante que não pode deixar de ser destacado aqui é o fato de que os professores sempre são extremamente afetados e na maioria das vezes sempre exaltam como aquelas pessoas capazes de se reinventar, isso tudo até soa bonito quando se tem necessidade de romantizar algo que não deveria ser dessa forma. Os professores nas escolas devem sim ser capacitados, preparados e cada vez mais prontos para os tenros desafios que são colocados, todavia as respostas dos professores nesta pesquisa são necessárias para observar o quanto isso tem um peso sobre a qualidade do processo.

As mudanças que começam a acontecer na escola pesquisada com certeza levarão anos para se ter resultados, mas quando o projeto inicia ainda com muitas incertezas, sem definição de currículo, metodologias, organização das aulas mostra a negligência do estado mais uma vez com algo que deveria ser pensado meticulosamente, um projeto de futuro da nação como Ensino Médio é algo que os estados juntos com o governo federal deveriam apostar todas as suas capacidades para que os principais resultados de todas esferas pudessem ser alcançados. É lamentável ver uma mudança tão significativa começar a acontecer quando o estado de Santa Catarina ainda não tem sua organização de proposta curricular para o Novo Ensino Médio de acordo com a BNCC, como foi falado na pesquisa pelos professores, essas indefinições mais uma vez recaem sobre o docente.

É interessante observar o quanto os professores se reinventam por si só, buscam caminhos alternativos, se preparam com maestria, sempre são figuras maravilhosas num cenário ainda tão indecifrável.

Observando todos os acontecimentos do Novo Ensino Médio constatou-se que pontos dessas mudanças são positivas e planejamento que acontece semanalmente tem possibilitado discussões, mudanças nas visões dos professores e ainda há muito o que acontecer principalmente no que tange ao planejamento por área.

Os professores ainda observam as dificuldades que existem e ainda há muitos percalços ou seja pode-se observar as angústias que os professores observam sobre a continuidade e as necessidades de atender os desafios que são lançados pelos próprios jovens.

Por fim mais uma vez os professores que estão no novo projeto seguem ali com o intuito de despertar aos jovens o interesse pelo estudar e pela capacidade de continuarem atendendo as múltiplas necessidades dos estudantes, os docentes sentem dificuldades

diante todas essas mudanças, mas estão se preparando para passar por mais esse novo projeto.

REFERÊNCIAS

BARDIN, I. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1994.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Lei n. 13415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF**, 17 fev. 2017. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm> Vários acessos.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Diretoria de Currículos e Educação Integral, 2013.

CORRÊA, Shirlei de Souza; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. “Novo ensino médio: quem conhece aprova!” Aprova?. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S.l.], p. 604-622, mar. 2018. ISSN 1982-5587. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11469>>. Acesso em: 01 sep. 2020. doi:<https://doi.org/10.21723/riaee.v13.n2.2018.11469>.

CURY, C. R. J. **O Ensino Médio no Brasil**. Cadernos de Pesquisa. V.38, nº 134, maio/agosto 2007.

DASGUPTA, Amit. **Reinventing teaching can reform education**. India Today. New Delhi. 31 de jan 2019. Disponível em: <https://www.indiatoday.in/education-today/featurephilia/story/reinventing-teaching-can-reform-education-1443595-2019-01-31>. Acesso em: 08 set. 2020.

FARIA, Josimerci Ittavo Lamana; CASAGRANDE, Lisete Diniz Ribas. A educação para o século XXI e a formação do professor reflexivo na enfermagem. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 5, pág. 821-827, outubro de 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692004000500017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de agosto de 2020.

FERREIRA MACHADO, I., Márcia da Silva, R., & de Lourdes Jorge de Souza, M. Avaliação de aprendizagem nos contornos do currículo integrado no ensino médio. **Cadernos CEDES**, v.36, n. 99, p. 207–221, 2016. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/CC0101-32622016160336>> Acesso em 16 ago. 2020.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 65 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.. 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. 59 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999

HARRES, João Batista Siqueira et al . CONSTITUIÇÃO E PRÁTICA DE PROFESSORES INOVADORES: UM ESTUDO DE CASO. **Ens. Pesqui. Educ. Ciênc. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte , v. 20, e2679, 2018 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-21172018000100201&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Aug. 2020. Epub Apr 16, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1983-21172018200107>

KUENZER, Acacia Zeneida. **Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada**. In: Reunião Científica Regional da AMPED, 2016, Curitiba. Anais. Curitiba: XI AMPEDSUL, 2016.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a Urgência da Reforma do Ensino Médio? Medida Provisória Nº 746/2016 (LEI Nº 13.415/2017). **Educ. Soc.** [online]. 2017, vol.38, n.139, p. 355-372. ISSN 01017330. Acesso em 21 ago. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017176606>.

SHAHARABANI, Y. F.; TAL, T. Teachers' practice a decade after an extensive professional development program in science education. **Research in Science Education**, v. 47, n.05, p. 1031– 1053, 2017

HARRES, João Batista Siqueira et al . CONSTITUIÇÃO E PRÁTICA DE PROFESSORES INOVADORES: UM ESTUDO DE CASO. **Ens. Pesqui. Educ. Ciênc. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte , v. 20, e2679, 2018 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-21172018000100201&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Aug. 2020. Epub Apr 16, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1983-21172018200107>.

SILVA, Karen C. J. R. da; BOUTIN, Aldimara Catarina. Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. **Educação**. Santa Maria, v. 43, nº 3, jul/set 2018. p. 521-534.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

SANTA CATARINA. **Caderno De Orientações Para A Implementação Do Novo Ensino Médio**. Florianópolis: Secco, 2019.

SILVA, Andressa Henning, e FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113>> Acesso em 20 set. 2020.